

■ Movimento Estudantil e Universidade: apontamentos a partir da experiência da UFPB

Felipe de Oliveira Lopes Cavalcanti
Paulo Navarro de Moraes

Ao que parece a muitos, desde o fim oficial da ditadura militar até hoje, a única contribuição importante do movimento estudantil brasileiro foi a ida às ruas do “movimento dos caras pintadas”, pelo impeachment de Fernando Collor. Além disso, nada mais. Para esses, a lógica da atuação política dos estudantes nos últimos tempos é regida meramente por um atravessamento “externo” dos partidos políticos, que acabam por exercer uma influência decisiva sobre o movimento estudantil, centrado na disputa das entidades representativas com seu subsequente aparelhamento. São os interesses dos partidos que definem por quais pautas o movimento deve lutar e a forma como deve se posicionar em relação a elas. Somado ou não a isso, o movimento é capturado por um enlace corporativo interno à Universidade, engalfinhado na tradicional defesa de uma Universidade “pública, gratuita e de qualidade”, sem considerar que, junto com isso, pode estar reforçando seu fechamento e elitização. Esses elementos, isolados ou em conjunto, seriam os principais motivos para que grande parte do movimento estudantil exerça uma reação contrária às políticas recentes do governo Lula para o ensino superior, em particular o Prouni e o Reuni⁴⁷.

Este texto se propõe a produzir visibilidade para outras lógicas de atuação do movimento estudantil. Nele procuramos construir um relato analítico de nossa experiência no movimento geral e no interno a Medicina, exercidos a partir da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sublinhando os aspectos que conseguiram, de alguma forma, produzir novas formas de atuação política. Isto de modo algum significa negar a relevância das lógicas anteriormente referidas na atuação do movimento estudantil. No entanto, parece-nos fundamental explorar outras racionalidades produzidas nas lutas, frisando, desde já, que nenhuma delas funciona

47 Estas duas iniciativas do Ministério da Educação visam ampliar a quantidade de vagas de Ensino Superior, sendo o PROUNI dedicado concessão de bolsas em instituições privadas de ensino superior e o REUNI à expansão do número de vagas e reformulação dos cursos de graduação nas Universidades Federais. Ver, a este respeito Mendes (2009) e www.mec.gov.br.

de maneira exclusiva e extremamente coerente em relação a um determinado grupo e num determinado espaço-tempo. Ao contrário, essas diversas racionalidades se atravessam mutuamente, construindo e desconstruindo umas às outras. Nesse sentido, estruturamos nossa narrativa a partir de uma certa linearidade temporal, apresentando e analisando diversos aspectos de alguns acontecimentos ocorridos no curso de nossa atuação no movimento, procurando depreender os aprendizados que tivemos com a experiência de fazer o movimento dentro e fora dos espaços institucionais.

Aproximação: deslumbres e estranhamentos

Em 2001, quando de nosso ingresso no curso de medicina, existia um grupo que trabalhava no Centro Acadêmico de Medicina Napoleão Laureano (CANAL), chamado “Grupo Consciência Acadêmica”. Como forma de apresentar o curso de medicina e a UFPB aos novos estudantes e, sobretudo, de deslocar o lugar tranqüilo em que a maioria se encontrava, há alguns anos esse grupo organizava uma “Semana de Recepção dos Calouros”. Poucos, ou nenhum de nós, entendiam o sentido daquela conversa quase mole sobre extensão universitária, Sistema Único de Saúde (SUS), movimento estudantil, pesquisa, etc. A pergunta da maior parte dos calouros era “como eu faço para assistir a uma cirurgia?”; ou “como são as provas?”; ou ainda “quando começo a aprender a diagnosticar e tratar as doenças das pessoas?”. Aquelas conversas deslocaram o olhar de muitos de nós para os vários problemas existentes no curso, na universidade, no SUS, no mundo, enfim. Principalmente, aqueles companheiros tentavam nos dizer: “sim, nós podemos contribuir para mudar a maneira de existir das coisas”.

Ao final do primeiro semestre, tivemos a primeira greve de professores na duração de nosso curso. Ainda que aqueles quatro meses tenham sido de uma “greve de pijamas”, o grupo de estudantes do Centro Acadêmico aproveitou o tempo sem aulas e sem provas para continuar as discussões e ações em torno de diversas questões relativas ao curso, à Universidade, ao SUS. O que fazia com que aqueles estudantes deixassem de voltar às suas casas em outros estados para participar de reuniões com 8 horas de duração? O que os instigava a produzir lutas para a construção de desejos tão pouco palpáveis? Seria possível, afinal, que um grupo relativamente pequeno conseguisse exercer influência suficiente para, de algum modo, mudar o rumo das coisas?

Parecia claro que o engajamento naquelas atividades envolvia um comprometimento com uma dada concepção de mundo e de sociedade, ou ao menos, com a premissa de que era preciso atuar para transformar o *status quo* do

nosso curso, da nossa universidade, sempre vislumbrando – mesmo que fora do alcance restrito de nossa atuação enquanto Movimento Estudantil de Medicina da UFPB – interferir em uma transformação social de maior porte. Esse compromisso serviu de base para que nos identificássemos com aqueles atores e deles nos aproximássemos.

Àquela altura, não havia muitas dúvidas quanto à necessidade de “conquistar corações e mentes” dentro de nosso restrito campo de atuação (entre os estudantes de medicina da UFPB); contudo, havia uma enorme interrogação sobre como ampliar esse pensamento/ação a partir de uma entidade representativa. As respostas possíveis iam basicamente da negação do que pensavam nossos colegas ao mais ingênuo debate e argumentação. Entre os estudantes que participavam do movimento, estava presente inclusive a dúvida se valia o investimento de militância realizado naquele espaço, no contexto de uma universidade dura, fechada, onde era difícil ou até impossível a realização de ações radicalmente transformadoras. Essa interrogação – tão importante – fez com que alguns de nós cogitássemos largar o curso para militar em outros espaços, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, por exemplo.

Institucionalidade, Representação, Eleições e Movimento

Nossa implicação com as atividades do Centro Acadêmico foi crescendo e começamos a entender um pouco melhor o significado das lutas travadas por aquele coletivo de militantes. Envolvemo-nos com diversas pautas já existentes, criamos novas, consideramos que outras talvez já não fossem tão importantes ou prioritárias.

No mesmo passo, a compreensão do fato desta militância se construir a partir de uma dada instituição foi se fortalecendo. O CANAL era oficialmente, afinal, a entidade representativa dos estudantes de medicina. Portanto, de algum modo, pretendia-se que aquele coletivo, aquela anomalia dentro do conjunto dos cerca de 600 estudantes de medicina, representasse a todos. E um dilema antigo no movimento permanecia: é efetivamente possível supor a existência de uma identidade suficiente entre os estudantes de modo a permitir que uns representem outros? (Deleuze, 2006). Ainda que este dilema não tenha sido resolvido plenamente, a saída forjada pelo grupo de estudantes participantes do CANAL apontava para uma resposta negativa. A alternativa que se procurava construir não era de maneira alguma diluir a anomalia, aproximando as posições do coletivo do que à época era a representação da “vontade da maioria” dos estudantes. Aquele coletivo operava no sentido de construir rodas, fóruns, espaços de conversa

onde pudesse acontecer uma troca de trocas de pontos de vista, e a construção do que, discursivamente, seria a posição da entidade. É claro, o grupo formalmente instituído enquanto diretoria da entidade também colocava sua posição, sempre enfrentando o desafio de afastar-se da posição de quem se coloca na conversa como dono do saber e da verdade. O sentido assumido era de constituir o Centro Acadêmico como um espaço de conversas, de decisões coletivas, de usos mútuos... No dizer de Merhy (2006), constituí-lo enquanto praça.

Esta imagem é a de uma praça, na qual o espaço público é ocupado por vários diferentes instituindo seus usos sem o compromisso funcional de ter que realizar uma função única e específica, pois várias estão em produção. São vários os coletivos se intercedendo. Há até aqueles que vão para ver os outros. Há outros que vão só por ir. E, há outros que vão para fazerem alguma atividade própria (Merhy, 2006, p. 2).

As dificuldades enfrentadas, entretanto, não eram poucas. Ainda que procurássemos constituir a entidade como um espaço aberto à expressão dos desejos dos diferentes estudantes, eram poucas as pessoas que se aproximavam. A promoção de festas, de jogos, de atuação política nos departamentos da universidade, na mudança curricular, etc., isto é, a realização das diversas funções possíveis dentro do espaço recaía sobre aquele grupo restrito de estudantes. E, enquanto anomalia, as escolhas realizadas pelo coletivo incidiam preferencialmente sobre atividades que faziam pouco sentido para a maioria dos estudantes. O que se desejava como praça acabava por parecer um aparelho funcional apenas para atuação política de um grupo restrito. O “Grupo Consciência Acadêmica” estava de tal forma imbricado com o centro acadêmico que a entidade quase se confundia com o movimento – a despeito de alguns cuidados formais – e a atuação política nesse espaço despertava olhares de preocupação de alguns setores mais conservadores da estrutura do curso de medicina e do movimento médico local, principalmente por conta da atuação em prol de uma reforma curricular nos moldes do que preconizava a Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (CINAEM)⁴⁸ e das articulações realizadas nas eleições para cargos institucionais como, por exemplo, a Coordenação do Curso.

48 Esta comissão foi formada no início da década de 1990 envolvendo cerca de 10 instituições com interface com o ensino médico e tinha como objetivo promover uma avaliação dos cursos de medicina com vistas a propor mudanças na forma de sua estruturação. Desse processo, resultaram, dentre outras, as novas diretrizes curriculares para o Curso de Graduação em Medicina.

Assim, o espaço institucional permitia uma certa legitimidade para a atuação do grupo junto às instâncias da Universidade, para o enfrentamento das lógicas dos professores, para realização de projetos de extensão e de atividades onde os processos de subjetivação eram disputados, como a “Semana de Recepção dos Calouros”. Mas, ao mesmo tempo, pesava sobre o coletivo a necessidade referida por muitos estudantes de que o CANAL realizasse mais festas, organizasse melhor os torneios esportivos, e assim por diante. Parecia impossível dar conta de tantos desejos diferentes e, principalmente, de desenvolver atividades que, para o grupo, possuíam pouca reverberação na mudança das lógicas de funcionamento do mundo.

Todos esses fatores acabaram contribuindo para a constituição de outro coletivo organizado entre os estudantes, o “Grupo Integração”, cuja plataforma política se construiu no vácuo das pautas que não eram prioritárias ao coletivo do “Grupo Consciência Acadêmica” e, principalmente, na aproximação com a corporação médica. Isto implicava um afastamento da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) que, à época, protagonizava ações na CINAEM num sentido contrário aos interesses da corporação médica. Essa nova organização recebeu forte apoio, desde o seu início, de setores outros da comunidade acadêmica e da corporação médica, na medida em que havia nesses setores o entendimento de que a atuação do “Consciência Acadêmica” – à época bastante vinculado à DENEM – contrariava seus interesses no que concerne à concepção de medicina (numa oposição entre a clássica “medicina liberal” e a defesa do SUS) e, conseqüentemente, na concepção do ensino médico, já que o debate sobre a transformação curricular começava a ganhar contornos mais concretos, em grande medida pela atuação da então diretoria do CANAL. Em meados do primeiro semestre de 2002, aconteceram eleições para o CANAL, onde os dois grupos disputaram o lugar de diretoria da entidade, de “representantes” dos estudantes de medicina. Foi um pleito acirrado, em que votaram cerca de 500 dos 600 estudantes e do qual saiu vitorioso, com uma pequena diferença votos (cerca de 20) o grupo recentemente formado.

O coletivo do qual fazíamos parte se viu às voltas com um conjunto bastante novo de questões. Com todas as diferenças políticas e pessoais cristalizadas no processo eleitoral, parecia impossível àquela altura construir algum tipo de atuação conjunta ou que convivesse com o grupo eleito dentro do Centro Acadêmico, até porque este grupo ganhou com uma proposta clara de antagonismo ideológico-programático em relação ao que acreditávamos ser o papel da entidade

e do Movimento Estudantil. Além disso, operou-se um direcionamento da entidade em torno de esforços que nos pareciam pouco interessantes e com direções políticas bastante distantes do sentido de transformação social que colocávamos como motor e objetivo de nossas lutas. A partir deste momento, o grupo decidiu atuar de maneira separada e independente do CANAL, colocando-se discursivamente enquanto oposição. O coletivo do “Consciência Acadêmica” construiu uma agenda positiva e que passava por fazer o enfrentamento através da construção de pautas que pudessem marcar a diferença de concepções agora tão nítidas e que mobilizavam, de um lado e de outro, um grande contingente de estudantes.

À época, essas pautas consistiam numa luta contra as irregularidades que aconteciam na universidade (especialmente as transferências irregulares de alunos que vinham de faculdades privadas para a UFPB), na construção de um movimento extensionista e na transformação do ensino médico, pauta em que conseguimos avançar, continuando a explorar diversas possibilidades de atuação, inclusive nos espaços institucionais, respaldados pela legitimidade adquirida por seus militantes quando vinculados formalmente ao CANAL.

A noção que estava bastante presente entre nós era de que os enfrentamentos se davam em todos os espaços, no dia-a-dia dos estudantes, dentro e fora dos movimentos organizados. Neste particular, cabe destacar uma movimentação realizada por nossa turma. No segundo semestre de nosso curso deparamo-nos com uma situação dramática na disciplina Neuroanatomia. O professor da disciplina mais faltava do que ministrava aulas, descumprindo acordos de reposição de carga horária. Diante do evidente prejuízo acadêmico, e inspirados pelos ideais de contestação à autoridade instituída, decidimos coletivamente e após intensos debates realizar um protesto durante a aplicação da prova: praticamente toda a turma compareceu à avaliação vestida de preto e usando narizes de palhaço, e entregamos ao professor um documento abaixo-assinado expondo nossos motivos e cobrando uma mudança de postura. Esse episódio marcou essa turma até o dia da formatura, pela ousadia em desafiar o “Doutor” professor e pelo impressionante grau de mobilização de uma turma então no segundo semestre do curso. Nós, que éramos da turma e do “Consciência Acadêmica”, aproveitamos para utilizar o jornal do grupo para publicizar o ato, o que gerou repercussões positivas e negativas, inclusive a reprovação de um de nós na disciplina. Importante sublinhar que, mesmo não formando um coletivo organizado (apesar de muitos membros da turma participarem do movimento estudantil), a turma conseguiu forjar um enfrentamento à autoridade do professor, alterando não só a conformação dessa disciplina, mas chamando a atenção de outros professores para o fato de que não

podiam simplesmente fazer o que quisessem e agir irresponsavelmente em relação a seus compromissos.

Mesmo fora do espaço representativo oficial, o coletivo “Consciência Acadêmica” conseguia reunir semanalmente um universo de aproximadamente 40 estudantes, com diferentes inserções na vida acadêmica, mais dedicados à extensão, à pesquisa, ao ensino, ao movimento, e que, reunidos por um conjunto de incômodos mais ou menos comuns, construíam enfrentamentos coletivos às diversas dificuldades enfrentadas dentro e fora do curso.

Deste modo, conseguiu-se dar continuidade a alguns processos costumadamente iniciados quando o coletivo ocupava o espaço representativo formal. Dentre eles, cabe destacar particularmente o processo de mudança do desenho do curso de Medicina. De difícil andamento, enfrentando forte resistência por parte de mais de 95% de seus professores, a mudança da organização curricular do curso era uma pauta de discussão que atravessava mais de uma década sem uma solução minimamente razoável, apesar de toda movimentação que acontecia nacionalmente desde o início da década de 90 (Piccini, 1997; Feuerwerker, 1998; Feuerwerker e Sena, 2002). A força da atuação desse movimento – que se colocava pautas diretamente relacionadas com questões de seu cotidiano, que diziam respeito à construção da possibilidade de mudanças de maior vulto – tornou possível que, mesmo a passos de tartaruga, o processo caminhasse. As mudanças almeçadas apontavam principalmente para o aumento dos espaços de interseção com a dinâmica do SUS; construção de brechas de interdisciplinaridade; redimensionamento do lugar da técnica na prática médica frente ao seu caráter relacional, subjetivo, de trabalho vivo (Merhy, 2005); e o fortalecimento da extensão e do movimento estudantil enquanto espaços pedagógicos institucionalmente reconhecidos, inclusive como carga horária.

Durante todo o ano de 2002, os militantes do “Consciência Acadêmica” atuaram nessa e em outras pautas que, embora fossem de nossa iniciativa, fatalmente traziam o enfrentamento com o “Grupo Integração”, que via em nossas atividades uma tentativa de diminuir sua legitimidade enquanto representantes dos estudantes de medicina. Por outro lado, começou a ganhar importância, no espaço interno do coletivo “Consciência Acadêmica”, uma discussão sobre se de fato deveríamos ser um grupo que disputaria a entidade representativa dos estudantes.

Dentro do mesmo universo de questões que já citamos, havia novamente uma discordância entre vários companheiros que entendiam que o espaço do CA era limitado e desgastante, e que seria mais interessante concentrar esforços para

construir outros movimentos, livres das amarras institucionais. Por iniciativa de algumas pessoas que estavam prestes a concluir o curso foi formulada uma proposta de formar uma Organização Não-Governamental e ter esse espaço como espaço de atuação, transcendendo a atuação enquanto coletivo de estudantes de medicina da Universidade Federal da Paraíba. Outro grupo de pessoas entendia, entretanto, que tínhamos um papel enquanto coletivo de estudantes de medicina, que a disputa interna ao curso era importante e que era preciso lutar para consolidar nossa posição contra-hegemônica dentro daquele contexto restrito, buscando sensibilizar e atrair novos estudantes.

Ao final desse ano, as duas posições divergentes se enfrentaram e acabaram por cindir o grupo. A arena dessa divisão foi o debate sobre se o “Grupo Consciência Acadêmica” deveria ou não concorrer nas eleições para o CANAL, já que o período eleitoral se aproximava. O debate foi acalorado, tendo dividido inclusive os autores deste texto. Ao final, por diferença de apenas um voto, prevaleceu a tese de que não valeria a pena investir energia na disputa eleitoral pelo espaço institucional do Centro Acadêmico, e o grupo decidiu não lançar chapa nas eleições do ano de 2003. No entanto, diversos estudantes com alguma proximidade com as questões trazidas pelo coletivo em sua militância começaram a questionar se seria politicamente salutar para o curso haver um processo eleitoral sem que fosse publicizada a existência de outras visões de mundo e de movimento estudantil além da cristalizada pela diretoria do CANAL à época. Esse grupo de estudantes, formado majoritariamente por pessoas de nossa turma de “palhaços”, começou a conversar sobre a possibilidade de constituir um novo coletivo que continuasse minimamente mantendo as questões políticas importantes em evidência e as disputasse junto aos estudantes, e convidou alguns dos militantes do “Grupo Consciência Acadêmica” – entre os quais nos encontrávamos. Desse movimento nasceu o “Grupo Efeito Placebo”.

Esse processo gerou arestas e mal-entendidos entre integrantes do novo grupo e o “Consciência Acadêmica”, apesar da relevante proximidade político-ideológica. Naquele momento, pareceu a muitos que todo aquele processo era algum tipo de golpe, uma tentativa de forjar uma novidade em relação ao “Grupo Consciência Acadêmica” que, no fundo, não existia. No entanto, para nós que decidimos investir na possibilidade de militância no “Grupo Efeito Placebo”, aquela foi uma tentativa de manter viva a chama de construir o movimento estudantil dentro do curso de medicina da UFPB, acesa, de alguma forma, em nós pelos companheiros do “Consciência Acadêmica”. O entendimento era de que, mesmo

reconhecendo nossa posição minoritária no curso, o espaço eleitoral se constituía relevante para afirmar nossas concepções e paradigmas para que o enfrentamento fosse feito em bases menos destrutivas do que vinha acontecendo até então no embate entre “Consciência Acadêmica” e “Integração”.

Fomos então à eleição como “Efeito Placebo”, três semanas após a “fundação” do grupo, trazendo uma chapa basicamente composta por membros de nossa turma e com a proposta única de transformar o CA em um espaço em que os estudantes de medicina pudessem voltar a se reunir para discutir os rumos políticos do curso. Evidentemente, perdemos. Tivemos cerca de 25% dos votos, o que, frustração à parte, dava algum alento para continuarmos as disputas. Entretanto, o ano que se seguiu foi extremamente complicado. Passado o calor das eleições, onde normalmente ocorre maior mobilização, continuamos nos reunindo semanalmente, em um grupo de quatro a oito membros, lutando para continuar existindo. A opção política foi a de participar das reuniões do CA e tentar construir a política da entidade, disputando pautas e os estudantes naquele espaço, mas as divergências eram latentes. Desse modo, a correlação de forças quase sempre tendia à construção de direcionamentos bastante divergentes dos que acreditávamos. Conseguimos alguns avanços pontuais, mas a reforma curricular praticamente parou, e não se travava nenhum outro debate político aprofundado.

Diante destas questões, a partir do meio do ano decidimos reinvestir nas reuniões do “Grupo Efeito Placebo”, num projeto que chamamos de “Projeto Diagnóstico”, que consistia em produzir um amplo debate sobre os principais problemas do curso e apontar propostas para tentar superá-los. Essas reuniões conseguiram aglutinar um número crescente de estudantes e se estenderam por cerca de quatro meses. Ao final desse trabalho, tínhamos um coletivo mais organizado, com mais pessoas envolvidas (embora ainda prevalecessem os participantes de nossa turma) e com um conjunto de propostas para o enfrentamento dos problemas do curso. Participamos ainda de mais uma disputa eleitoral para o Centro Acadêmico – uma eleição tensa e de baixo nível de debate político, com muitas agressões de ordem pessoal. Fomos derrotados novamente, embora tenhamos conseguido então um total de 40% dos votos e um percentual de quase 50% entre os estudantes do 1º ao 4º semestre.

No entanto, as disputas eleitorais eram sempre cansativas e desgastantes. E, apesar da dúvida perene em relação a se era válido dispersar tanta energia em torno de uma disputa com tão poucos frutos, o espaço do CANAL permitia disputar e aglutinar mais facilmente novos estudantes para a militância estudantil,

assim como proporcionava uma maior legitimidade para atuação dos estudantes nas instâncias institucionais. Isso nos levava a disputar continuamente o espaço do centro acadêmico, mas não nos aprisionava a produzir movimentos meramente para a disputa eleitoral.

Nesse período, entre diversas ações, realizamos atividades de conversas com os calouros, apresentando outras realidades do curso e da Universidade; criamos um projeto de extensão chamado “Bússola HU”, onde estudantes de diversos cursos da área da saúde realizavam o acolhimento dos usuários do Hospital Universitário da UFPB e, ao mesmo tempo, se mobilizavam em torno da luta pela resolução de problemas crônicos do hospital. Realizamos ainda algumas reuniões, na tentativa de constituir uma instância de Controle Social⁴⁹ no Hospital; iniciamos um diálogo, em conjunto com estudantes de outros cursos, e as primeiras formulações a respeito da mudança articulada da organização curricular dos cursos da saúde; participamos da formação do coletivo “Reviravolta na Saúde”, primeiro coletivo não-hegemonizado por partidos políticos em muito tempo na história do Diretório Central dos Estudantes. Produzimos, enfim, naquele período, inúmeras ações, das quais estas são apenas alguns exemplos (apesar da importância concreta que as mesmas tiveram para a dinâmica do movimento e enquanto potência de constituição do novo).

Em 2005, com a desarticulação do “Grupo Integração”, o grupo “Efeito Placebo” chegou à diretoria do CANAL e esta inserção permitiu ao grupo fortalecer sua atuação nas diversas ações referidas anteriormente, assim como voltar a se dedicar a pautas importantes, que andavam ultimamente esquecidas. No período de 2005 até hoje, o grupo teve atuação decisiva nos desenlaces que permitiram finalizar o projeto de reforma curricular do curso de medicina e aprová-lo tanto nas instâncias da universidade, quanto junto ao Ministério da Saúde, a fim de receber financiamento. Atualmente, o projeto está em implantação e sua capacidade de realizar uma mudança efetiva no modelo de formação dos estudantes é diretamente proporcional à capacidade de mobilização e interferência dos estudantes na forma como essa implantação está ocorrendo. Da mesma maneira, o grupo atuou para (com o propósito de) democratizar a indicação dos estudantes para os espaços de representação estudantil nas instâncias de representação da universidade

49 Na área da saúde, o conceito de Controle Social refere-se à participação da população na formulação, execução e fiscalização das ações de saúde por meio dos conselhos e conferências de saúde. A este respeito, ver o capítulo 1 de Guizardi, 2008.

e, sobretudo, para abertura desses espaços a outros atores, inclusive de fora da universidade.

Conclusão

Os fatos que narramos conduzem a algumas reflexões que entendemos importantes no sentido de colaborar com a compreensão do Movimento Estudantil e de seu papel hoje, passado já tanto tempo desde os “caras pintadas”. Queremos chamar a atenção para uma experiência que se mostrou diferenciada: uma atuação constante, independentemente da ocupação de espaços de diretoria das entidades estudantis e que, o tempo todo, procurou não se deixar capturar pelas lógicas mais comumente instituídas.

Tal característica não teria derivado de algo como uma escolha nossa já que, se naquela primeira eleição de que participamos tivéssemos sido vitoriosos, é provável que estivéssemos agora contando a história – somente – da construção de uma entidade estudantil. No entanto, nunca caímos no abismo tão comum em que a disputa por “ganhar” e “manter” a entidade – um meio para a realização das lutas – acaba se tornando um fim em si, e a própria luta perde o sentido de existir por não produzir mais do a perenidade da lógica do poder.

O fato do processo democrático-representativo (cristalizado na forma-eleição) nos alijar da entidade logo no início de nossa atuação no movimento estudantil contribuiu no sentido de refletirmos sobre questões importantes, tanto no que diz respeito ao próprio papel das entidades representativas, quanto em relação a outras formas de organização de coletivos em movimento. Nossa dificuldade em retornar à entidade estudantil trouxe-nos diversas dúvidas sobre as potencialidades e limites da atuação vinculada ao espaço institucional – forma predominante em todo o movimento estudantil – ao mesmo tempo que projetou nossa atuação para fora do espaço da representação e das lógicas mais comuns ao movimento.

Procuramos demonstrar aqui um pouco dos dilemas, das potências, dificuldades, incoerências, desafios e possibilidades do movimento estudantil que tenta atuar fora da lógica partidária e fora da lógica corporativa, sublinhando as implicações e possibilidades de aprisionamento que possui a atuação política em uma determinada entidade. Não tivemos, entretanto, a pretensão de produzir uma narrativa extremamente racional sobre a forma como os vários estudantes que participaram e participam do “Consciência Acadêmica” e do “Efeito Placebo” atravessaram e foram atravessados pelo movimento estudantil, tampouco de fazer

parecer que fizemos sempre as melhores escolhas ou que fomos sempre coerentes com o discurso aqui produzido.

Durante toda nossa trajetória, buscamos dialogar com as forças que se apresentavam e produziam algum tipo de movimento vivo na Universidade, resguardadas todas as suas contradições. Neste particular, é importante ressaltar a atuação de diversos professores e técnico-administrativos não ligados a nenhuma entidade ou instituição específica, mas que realizavam ações interessantes (em grupos de pesquisa, nos seus espaços de trabalho, etc.). Mesmo os sindicatos dos segmentos da Universidade (professores e técnico-administrativos), tradicionalmente envolvidos até o último fio de cabelo unicamente com a luta por melhores salários, em alguns momentos foram parceiros importantes quando conseguiam tirar de seus horizontes as conquistas salariais.

Neste particular, importa destacar que a dinâmica de atuação do movimento estudantil do qual fazíamos parte interagiu com os partidos políticos, dialogava com eles quando era mutuamente interessante e se afastava quando parecia predominante uma tentativa de aparelhamento⁵⁰. Participava em alguma medida da dinâmica corporativa interna da Universidade, mas pontuava o tempo todo a necessidade de construir uma porosidade institucional a outras lógicas. Assumindo a incoerência que é constitutiva aos movimentos e aos seus sujeitos, o diálogo ia sendo construído da maneira mais ampla possível, com todos os atores que nos pareciam estar num certo campo de militância disto que chamamos de esquerda – esta categoria genérica sob a qual abarcamos os sujeitos que militam no sentido de algum tipo de transformação social.

Nesse sentido, sublinhamos o que Hardt e Negri (2005, p. 283 e seg.) designam como dimensão política da multidão. Para os autores, a multidão pode ser ao mesmo tempo descrita em termos sociológicos e políticos, enquanto composição social do trabalho e enquanto projeto político de luta. Este segundo aspecto – a dimensão política da multidão – guarda uma certa plasticidade: fazem parte da multidão todos aqueles movimentos que [e enquanto] produzem democracia. “a multidão é um projeto de organização política e, portanto, só pode ser concretizado mediante práticas políticas. Ninguém fica necessariamente excluído, mas a inclusão não é garantida”. Não há, portanto, uma determinada classe, partido, ou segmento social que seja em si, completa e solidamente revolucionário. Desse

50 Um exemplo simples, mas que talvez sirva como boa ilustração, foi um episódio em que, num processo de construção coletiva do qual participavam estudantes intrinsecamente vinculados a um determinado partido, os mesmos tentavam aproveitar um posicionamento construído pelo movimento para fazer aparecer seu jargão contra o governo Lula.

modo, para o bem e para o mal, com todas as coerências e incoerências, a atuação do movimento estudantil aqui relatada interagiu com as lógicas partidária e corporativa, aproximando-se delas em alguns momentos, mas sempre buscando construir movimentos sob novas lógicas, novas racionalidades de atuação política, o novo na universidade.

Assim, apesar de alguns só conseguirem ver limitações na atuação do movimento estudantil, o espaço de produção do novo (novos currículos, novas pautas, novas lógicas de movimento, etc.) no interior das universidades é praticamente restrito ao movimento estudantil. São os estudantes (organizados ou não em torno de centros acadêmicos) que tem conseguido questionar a atualização dos autoritarismos e produzir novidade nos diversos âmbitos da universidade, abrangendo desde o questionamento da autoridade tradicional da relação entre professores, técnico-administrativos e alunos, até a organização da administração da universidade (e seus conselhos que tendem a um faz-de-conta). Ainda que essas sejam mudanças que alteram de maneira mais ou menos limitada os desenhos institucionais, são essas alterações do cotidiano que criam as condições para que se forje um movimento maior, capaz de mudanças mais significativas e, quem sabe, radicalmente democráticas.

Referências

- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal editora, 1ª Ed., 2006, 440p.
- FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. *Mudanças na educação médica e residência médica no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Rede Unida, 1998.
- FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz; SENA, Roseni R. *Contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI*. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 6, n. 10, fev. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27/07/2009.
- GUIZARDI, Francini L. *Do controle social à gestão participativa: perspectivas (pós-soberanas) para a participação política no SUS*. Tese de doutorado. IMS, 2008.
- HARDT, Michael; Negri, ANTONIO. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2005. 530p.
- MENDES, Pedro. *Tecendo a democracia – reforma universitária, governo e movimentos sociais*. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, nº 28, maio-agosto. 2009.
- MERHY, Emerson. *Público e privado: entre aparelhos, rodas e praças*. 2006. *Mimeo*, disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-05.pdf>.



Navegações
